



MEMÓRIA E COTIDIANO EM PORECATU/PR

Área temática: Cultura

Deise Maia¹ (Coordenador da Ação de Extensão)

Autores: Deise Maia²

Claudia Fortuna

Jorge Marão Miguel

Camila Amorim³

Dener Diniz

Laura Ribeiro

Poliana Fortunato

Stefany kirsten

Talita Fernanda Silva

Yasmine Alimari

Palavras-chave: cidade; diversidade, memória; patrimônio cultural.

¹ Coordenadora da ação Memória Coletiva e Patrimônio Cultural em Porecatu. E-mail: dmaia@uel.br.

² Professora Doutoranda- Adjunta- do Departamento de Ciências Sociais- área antropologia- do Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina. Coordenadora Professora Doutora- Adjunta- do Departamento de História -área Metodologia do Ensino em História –do Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina. Colaboradora. Professor Doutor- Associado- em Arquitetura do Centro de Tecnologia e Urbanismo da Universidade Estadual de Londrina. Colaborador.

³ Acadêmicos do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina.

Resumo:

O presente paper é fruto do projeto de pesquisa, extensão e ensino *Memória Coletiva e Patrimônio Cultural em Porecatu*, registrado na Pró-reitoria de Extensão da Universidade Estadual de Londrina. Tem como objetivo inventariar, compreender, registrar e preservar bens materiais e simbólicos significativos para os moradores de uma cidade de pequeno porte na região norteparanaense, por meio de um trabalho de antropólogos, historiadores e arquitetos. Sensibilizando grupos de moradores de diversos perfis socioculturais com ações como memórias de famílias; memórias e política; trabalho e memórias; gênero feminino e memórias; festa, lazer e memórias; educação patrimonial; bens materiais e memórias; fotografias e memórias -, com o apoio das secretarias de cultura e educação do município-, busca reconstituir a história local por intermédio das experiências e das concepções de seus moradores no passado e no presente. O estudo ancora-se em um caminho teórico que trata de cidade, memória e patrimônio cultural. Os dados são coletados por meio de técnicas de pesquisa qualitativa, característicos da etnografia. O envolvimento com diferentes grupos de moradores da cidade- ao ouvir e registrar seus depoimentos, bem como vivenciar seu cotidiano- tem permitido reconstituir o passado por meio das memórias, assim como compreender como moradores no presente vivenciam o cotidiano e (re) significam a cidade. Porecatu é uma cidade nascida com a expansão da agricultura do café no norteparanaense e a aquisição de terras por intermédio de iniciativas individuais. A formação da Usina Central do Paraná impulsionou o processo migratório para a Porecatu, bem como moldou a paisagem urbana e rural da cidade. As diferentes memórias e vivências cotidianas são reveladoras de grupos de elite e ao mesmo tempo de grupos de classes populares, responsáveis pela construção da cidade, e modos de vida, marcadores de seu perfil sociocultural- de sua história- sintonizados com aspectos da sociedade mundial.

Texto:

O projeto Patrimônio Cultural e Memória Coletiva em Porecatu faz parte do Programa Inventário e Proteção ao Acervo Cultural de Londrina-IPAC/Lda, cadastrado na Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Estadual de Londrina-PROEX/ UEL, que tem se dedicado à compreensão e ao registro do patrimônio cultural da região norteparanaense desde o final dos anos 80.

O presente *paper* é fruto das estratégias de ação cultural no tocante ao patrimônio cultural em Porecatu que mobilizam grupos sociais e o poder local com o objetivo de compreender, registrar e preservar bens materiais e simbólicos significativos para os seus moradores. A preocupação é o envolvimento com grupos de moradores da cidade de diferentes perfis socioculturais e econômicos. Por meio de suas lembranças individuais moradores vêm compondo a memória coletiva⁴, recompondo a história da cidade, de espaços urbanos e rurais, de suporte materiais e simbólicos. É possível ainda apreender a fruição e representação de espaços e bens materiais por outros atores no presente, revelando a transformação e ressignificação da cidade.

⁴ Ver: HALBWACHS. Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 2004.

A metodologia de pesquisa

A prática etnografia envolve pesquisador e pesquisado, ou seja, o encontro de subjetividades diferentes, nas ações de política cultural, onde o objeto vira sujeito para a construção de uma representação do patrimônio cultural. A interpretação do nativo se entremeia com a do pesquisador que o interpreta, fazendo interpretações de interpretações (Geertz, 1978) sobre o que consideram o seu patrimônio. O projeto em suas atividades integra acadêmicos em um contato com diferentes grupos, propiciando um exercício que alia a teoria adquirida no cotidiano acadêmico da sala de aula à pesquisa na extensão. Neste rumo, três estudantes desenvolvem seus trabalhos de conclusão de curso vinculados às experiências adquiridas neste projeto de extensão, problematizando questões relativas ao patrimônio cultura, à memória e à cidade. As estratégias são desenvolvidas em diferentes linhas de ação: pesquisas que envolvem memórias de famílias; educação patrimonial; lazer, festas e sociabilidade no passado e no presente; memória e cotidiano do trabalho; memória e política ; memória e gênero ; memória e fotografia.

Caminho Teórico:

Patrimônio que em sua origem esteve ligado às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável foi requalificado por diversos adjetivos (genético, natural, histórico, etc...) e segue hoje um movimento diferente. Assinala um bem destinado ao usufruto de uma comunidade, que se congrega por seu passado comum. A institucionalização do patrimônio emergiu no final do século XVIII, com a visão moderna de história e de cidade. A ideia de um patrimônio comum a um grupo social, definidor de sua identidade, e enquanto tal digno de proteção faz-se através de práticas que ampliaram o círculo dos colecionadores e apreciadores de antiguidades e se abriram a novas classes e camadas sociais. (Babelon e Chastel, 1994).

A amplitude conceitual na abordagem do patrimônio cultural está relacionada, pois, com a retomada da própria definição antropológica da cultura como “o conjunto de modos de ser, viver, pensar e falar de uma dada formação social” ou ainda, como “todo conhecimento que uma sociedade tem de si mesma, sobre outras sociedades, sobre o meio material em que vive e sobre sua própria existência,” inclusive as formas de expressão simbólica desse conhecimento através de ideias, da construção de objetos e das práticas rituais e artísticas. (Santos, 2001, p.43),

Em 1972 a UNESCO instituiu a Convenção do Patrimônio Mundial, que passou a estudar os parâmetros para identificação de um bem cultural ou natural como de interesse universal. Autenticidade e universalidade prevaleceram como condições para determinar se um bem seria digno de fazer parte do conjunto de bens materiais e imateriais considerados como aqueles mais representativos das diferentes culturas, integrando a Lista do Patrimônio da Humanidade (Halevy, 2001).

O caso brasileiro, a valorização do patrimônio inicia-se com os intelectuais modernistas, oriundos do movimento cultural denominado “Semana de 22”,

destacando-se Mario de Andrade e Lúcio Costa. A Constituição Federal de 1988 trouxe para o nosso ordenamento jurídico a vanguarda dos conceitos internacionais de patrimônio cultural, ampliando o leque de bens passíveis de proteção, incluindo a proteção sobre os bens imateriais, de natureza intangível. O surgimento de uma política cultural no tocante ao patrimônio no norteparanaense surgiu na Universidade de Londrina em função de outras iniciativas desenvolvidas pelos órgãos públicos em nível nacional, bem como a participação de profissionais de diferentes áreas do conhecimento que vivenciaram as ações de políticas públicas de preservação e participaram na qualidade de conselheiros e coordenadores⁵. Os primeiros trabalhos aconteceram no âmbito da Universidade Estadual de Londrina, como projeto de extensão⁶, e somente nos anos noventa é que se consolidou na Secretaria de Cultura do município de Londrina uma política cultural voltada para a problemática do patrimônio da região.

A ótica de análise do patrimônio cultural defendida neste projeto trata de compreender e reconhecer os bens produzidos tanto pelas camadas de elite quanto por outras camadas sociais, através de um ângulo que trata do patrimônio a partir do conceito antropológico de cultura, como contraponto ao conceito de cultura do senso comum. A ideia central do conceito antropológico é a de que cultura é todo o comportamento aprendido, tudo aquilo que independe de uma transmissão genética (Tylor apud Laraia, 2000: 30). Nesse sentido, o homem construiu, através de sistemas simbólicos, um ambiente artificial no qual vive e o qual está continuamente transformando. A cultura é, propriamente, esse movimento de criação, transmissão e reformulação desse ambiente artificial (Durham, 1984). Ao aprender a língua, um sistema complexo de comunicação, qualquer homem é capaz de manipular qualquer sistema simbólico.

O Patrimônio Cultural define-se em função do significado que possui para a população os bens materiais e simbólicos, reconhecendo que o elemento básico na percepção de um bem cultural reside no uso que dele é feito pela sociedade. Desse modo, devemos conceber o patrimônio cultural como cristalizações de um "trabalho morto" que se torna importante exatamente na medida em que se investe nele um novo "trabalho cultural", através do qual esse bem adquire novos usos e novas significações. A questão que se coloca é que numa sociedade diferenciada como a nossa, o patrimônio é uma produção coletiva, mas o acesso de grupos e classes sociais a esse patrimônio é diferencial- resultado da divisão do trabalho social-, aliado às diferenças regionais, às diferenças de etnias e tradições históricas. Nesse sentido, grupos e classes apropriam-se de elementos culturais diferenciais que são utilizados como instrumentos de identificação coletiva, em oposição a outros segmentos, implicando em valores estéticos e morais próprios.

⁵ Cabe registrar que o IPAC/LDA tem sua origem quando em Curitiba José Guilherme Magnani ,professor da área de Antropologia da USP, exerceu a função de Coordenador do patrimônio cultural da Secretária de Estado e da Cultura do Paraná, orientando ações de política cultural na região do Paraná Tradicional. Essas experiências estimularam docentes da Universidade Estadual de Londrina a desenvolverem trabalhos sobre a problemática do patrimônio ,integrando diferentes grupos da região norteparanaense e a prefeituras locais

⁶ O Inventário e Proteção ao acervo Cultural de Londrina iniciou suas atividades com o Projeto Piloto Vila Casoni e, posteriormente, ampliou suas ações em torno do tema, Os Caminhos do Café no Paraná, com os mais diferentes projetos: Ribeirão Claro, Rolândia, Cambé, cidade de Londrina: Patrimônio do Heimtal ,Distrito da Warta, Calçadão ,Bosque, Avenida Higienópolis entre outras ações.

É nesta perspectiva que desenvolvemos um programa de política cultural em Porecatu, partindo do princípio de que a cidade é “obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos que realizam essa obra em condições históricas”. Consideramos que a cidade é a “projeção da sociedade sobre um dado território”. (Lefebvre, 1969). A cidade é produto de diversas causas econômicas, políticas e sociais. À compreensão do patrimônio cultural da cidade são importantes as lembranças dos seus moradores sobre o cotidiano passado. As lembranças se apoiam em diferentes suportes e como diz Bosi (1979) também “nas pedras da cidade”. Ao longo dos séculos, os homens têm-lhes atribuído valor enquanto expressões da *memória coletiva*, de uma identidade compartilhada. (Halbwachs, 2004: p. 78; 81).

A memória coletiva é pautada na continuidade e deve ser vista sempre o plural (memórias coletivas). Ora, é justamente porque a memória de um indivíduo, ou a memória de um país, está na base da formulação de uma identidade, que a continuidade é vista como característica marcante. Memória diz respeito também a uma reconstrução social que, segundo Michael Pollak (1992), constitui sentimentos de continuidade ao formar identidades durante seu transcorrer histórico. A memória é também um instrumento e objeto de poder. (LE GOFF, 1992). Esta relação pode ser evidenciada a partir da imposição de determinadas leituras da memória coletiva, podendo recriar, reforçar ou destruir determinadas identidades sociais, direcionando os objetivos dos atos coletivos através do envolvimento com particularidades dos membros que integram um grupo.

O processo de globalização recorrente é parte indissociável do que agora molda o homem que procura compreender seu tempo, seu passado. É um processo que reclama a questão da identidade. Daí o discurso de “memória” alcançar potencialidade nos dias de hoje. Se a memória retornou ao meio acadêmico com vigor isto sugere, portanto, questões que a contemporaneidade vem colocando à sociedade atual.

Resultados:

O envolvimento com a população porecatueunse tem propiciado o conhecimento do perfil sociocultural e econômico da cidade, isto é de sua diversidade. A cidade que nasceu da expansão do café do Estado de São Paulo para o norte do Paraná e do surgimento da Usina Central do Paraná tem sua marcas nos modos de vida rural e urbano, expressos nas experiências de diferentes classes e grupos sociais e dos sentidos atribuídos a bens materiais e simbólicos, revelando que sua história se constrói por meio de diferentes memórias.

Considerações finais:

As ações desenvolvidas em Porecatu promovem uma aproximação em relação às memórias e identidades de seus moradores, revelando os significados atribuídos à produção cultural, quer de grupos de camadas médias altas, quer de grupos

camadas populares -no passado e no presente. O bairro Congo tem se demonstrado um contraponto ao centro da cidade e em relação à elite na demonstração de outros significados de bens materiais e simbólicos. A cidade se expressa pela sua diversidade. Os valores culturais daquela localidade não podem ser vistos como eminentemente locais. Se, por um lado, eles representam a memória e a identidade cultural porecatuenses, por outro constituem patrimônio de todos os homens sendo a sua preservação dependente de negociação entre a comunidade onde se situam os bens eleitos e um contexto mais amplo.

Referências Bibliográficas.

ARGAN, G.C. (1992) **A história da arte como história da cidade.** São Paulo, Martins Fontes.

BABELON, J P. e CHASTEL. A. (1994) **A. La notion de patrimoine.** Paris: Liana Levi.

BOSI, E. (1979) **Memória e sociedade.** São Paulo: T.A. Queiroz Editor.

DURHAM, E. R.(1984). Cultura, Patrimônio e Preservação. In: **ARANTES, A.A. Produzindo o passado.** São Paulo: Brasiliense, p.23-34.

FONSECA, M.C.L. (1997) **O patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro, UFRJ/Iphan.

GAMARRA, Y. (1998) **La Cooperación Internacional em su Dimensión Cultural y el Progreso Del Derecho Internacional.** Madri: MÃE.

GEERTZ, C.(1978). **A interpretação das Culturas.**Rio de Janeiro: Zahar.

HALBWACHS. M. (2004). **A Memória Coletiva.** São Paulo: Vértice.

HALEVY, J.P. (2001) Patrimoine mondial, patrimoine français. In:**Les cahiers de la ligue urbaine et rurale.** Paris: Patrimoine et Cadre de Vie, n.150.

LARAIA, R.de B. (2001) **Cultura, um conceito antropológico.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

LEFEBVRE, H (1969). **O direito à cidade.** São Paulo. Documentos.

LE GOFF, J. (1998) **Por amor às cidades:** conversações com Jean Lebrum. São Paulo: Fundação Editora da UNESP.

-----**(1992) História e Memória.** Campinas. Editora da Unicamp..

POLLAK, M. (1992).Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, v.5, n.10.

UNESCO. <http://www.unesco.org>, 2007.

